



São Bernardo do Campo, 18 de março de 2021

**ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A) SUPERINTENDENTE DA PREFEITURA  
DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP**

Ref.: ao Pregão eletrônico nº 23/2020

**SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, e-mail: [licitacao.sp@somahospitalar.com.br](mailto:licitacao.sp@somahospitalar.com.br), por intermédio de seu supervisor de licitação, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer:

**RECONSIDERAÇÃO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO e/ PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO**

do item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALECITIL), com base na Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37, inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

**BREVE RELATO**

A empresa licitante participou do Processo na modalidade Pregão eletrônico nº 23/2020, sagrando-se vencedora do item ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, tendo assinado a Respectiva Ata de Registro de Preço.

Diante da elevação no custo de comercialização do medicamento, a SOMA/SP solicitou revisão do preço do item em apreço, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro contratual, eis que o preço originariamente cotado se tornou insuficiente para suprir os custos

0432  
B

e insumos do contrato, causando onerosidade excessiva à empresa licitante.

Apesar dos fatos, tal requerimento foi indeferido, razão pela qual a SOMA/SP requer a presente reconsideração.

### **DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO**

Inicialmente, repisa-se que o direito ao reajustamento de preço tem amparo constitucional (art. 37, inc. XXI) e é devidamente regulamentado pelo artigo 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, tendo por finalidade evitar o enriquecimento ilícito das partes, razão pela qual negá-lo seria distanciar a norma de seu fim, admitindo que a SOMA/SP assumas os prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico. Ademais, a revisão dos preços é necessária neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

Como sabido, a SOMA/SP não tem ingerência na definição do preço de comercialização estabelecido pelo Laboratório fabricante do item ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, segundo os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência (arts. 1º, inc. IV, e 170, inc. IV, da CRFB), e qualquer alteração neste afeta diretamente a empresa licitante, impedindo o fiel cumprimento dos contratos assumidos.

Da análise das notas fiscais e documentos anexados, verifica-se que houve aumento de 40,74% no custo de comercialização do medicamento, elevação muito superior à inflação no período, de apenas 4,30%, demonstrando que ainda que a SOMA/SP tenha adotado medidas para proteger suas operações dos riscos de possíveis variações mercadológicas, a elevação dos custos foi atípica e impossível de ser prevista, eis que extremamente superior à expectativa inflacionária no período.

Não bastasse, observa-se que o atual valor de aquisição do item é superior ao valor originariamente ofertado, demonstrando indubitável que a elevação nos custos impactou diretamente o contrato junto ao órgão de forma profunda a impossibilitar a sua manutenção sem que ocorra a revisão no valor pactuado.

Pelo exposto, é fato inegável que a elevação dos custos não se tratou de simples variação mercadológica e foge da normalidade, devendo ser considerada imprevisível, ou, no máximo, previsível de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária.

No mais, no que tange à possibilidade de revisão do preço, visando o reequilíbrio econômico contratual, em uma interpretação conjunta dos artigos 17 e 19, I do Decreto Federal

3733  
P

nº 7.892/2013, outra não pode ser a conclusão se não a de permitir haver negociação do preço registrado em ata diante de fatos que elevem os custos do item, como no caso em comento, ou ainda, a liberação do compromisso de fornecimento pela empresa licitante, sem que ocorra a aplicação de penalidade, na ocorrência de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir com os compromissos. Nesse sentido, já foi apresentado pela Advocacia Geral da União - AGU, por intermédio do Parecer 14/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

Assim sendo, neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas, e diante da evidência de desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, outra não pode ser a conduta da Contratante se não a de revisar e atender o pleito, a fim de serem mantidas as condições efetivas da proposta e de que a Requerente tenha condições de dar continuidade ao fornecimento com base nos princípios do equilíbrio econômico financeiro, da boa-fé e segurança jurídica.

## DO CANCELAMENTO

Assim como a revisão dos preços, o direito de cancelamento possui amparo constitucional (art. 37, inc. XXI), além de respaldo no artigo 78, XVII da Lei nº 8.666/93 e artigo 21, II do Decreto Federal nº 7.892/13, sendo possível diante da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditiva da execução do contrato.

Como já exposto, como consequência dos impactos causados pela pandemia, em especial ao setor da saúde, e das séries de medidas restritivas de circulação de bens e suspensões de atividades econômicas estabelecidas pelas autoridades públicas, diversas empresas têm sofrido sérios problemas em sua linha de produção, devido aumento da demanda, dificuldade na aquisição de insumos e matéria prima e entre outros fatores, como no caso em tela.

Desta forma, a elevação no custo do medicamento, não só pelo fabricante da marca licitada, como todos os demais, foi decorrente de fatos que vão além das possibilidades da SOMA/MG, perfeitamente enquadrados como fato superveniente e de força maior.

Ao tratar do tema, Marçal Justen Filho faz a seguinte síntese:

*“A previsão de que caso fortuito e força maior são causas de extinção do vínculo jurídico é inerente ao direito dos contratados. Em qualquer hipótese, força maior ou caso*





*fortuito acarretam a rescisão do contrato. Abrangem-se as ocorrências que tornam inviável o cumprimento da prestação, por fatores que escapam ao controle do devedor. Não se caracteriza a inexecução culposa, porquanto a ausência de cumprimento deriva de circunstancia que transcendem a vontade do devedor e que independem da adoção, por parte dele, das cautelas e precauções devidas. (...) Redundará na rescisão quando a impossibilidade de execução configurar-se como definitiva ou quando for imprevisível sua duração. (Comentário à Lei de Licitações e contratos administrativos. 17 Ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016. P 1038)*

Assim sendo, diante da impossibilidade de execução do contrato nos preços originariamente ofertados, eis que acarretaria em desequilíbrio econômico contratual e excessiva onerosidade à empresa licitante, outra não pode ser a conclusão se não a de necessidade e possibilidade de cancelamento do referido medicamento, diante do indeferimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

## DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se

- a) Seja deferida a presente reconsideração, para que ocorra a revisão do contrato, implementado o reequilíbrio econômico financeiro, passando o preço anteriormente registrado do item ÁCIDO ACETILSALICÍLICO de **R\$ 0,030** para **R\$ 0,042**, conforme provas;
- b) Subsidiariamente, caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, desobrigando a empresa do fornecimento do item, sem a aplicação de qualquer penalidade;
- c) A suspensão de novas solicitações do medicamento enquanto não houver deliberação final a respeito do presente requerimento.

Nestes termos,

Pede Deferimento.



3735  
8

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Leandro Rodrigues de Almeida', is written over a faint, circular official stamp.

Leandro Rodrigues de Almeida

Supervisor de Licitação

RG nº 35.526.149 SSP/SP

3736  
D

17/03/2021

BCB - Calculadora do cidadão



## Calculadora do cidadão

Acesso público  
17/03/2021 - 15:22

Início » Calculadora do cidadão » Correção de valores

[CALFW0302]

### Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

#### Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

##### Dados informados

Data inicial	08/2020
Data final	01/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 ( REAL )

##### Dados calculados

Índice de correção no período	1,04300620
Valor percentual correspondente	4,300620 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,04 ( REAL )









## PARECER JURÍDICO

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) E SUBSIDIARIAMENTE O CANCELAMENTO DO ITEM**

### RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL)**, e, alternativamente, a rescisão do item, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., Pregão Eletrônico nº 23/2020**, sob a justificativa do aumento do preço do medicamento causando uma onerosidade excessiva à empresa licitante.

2. Pretende a solicitante o realinhamento do preço o item de R\$ 0,030 para R\$ 0,042, e juntou documentos em fls. 3.736/ 3.738(tabela de cálculo e notas fiscais), recebido/protocolado em **18/03/2021**.

3. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL), e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa do aumento do preço do medicamento causando uma onerosidade excessiva à empresa licitante.



4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

5. A empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe, e possui como fundamento de sua exordial o argumento de que houve um aumento do preço do medicamento em razão da pandemia do COVID-19 sendo este fortuito e inopinado.

6. Embasa o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

7. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3.736/ 3.738(tabela de cálculo e notas fiscais).

8. Eis a síntese do acostado às fls. 3.725/3.738.

9. Trata-se de reiteração de solicitação já realizada em 08 de fevereiro de 2021. Não inova em sua argumentação, junta os mesmos documentos apresentados no pedido anterior.

10. Quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:

72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários quando da apresentação de suas propostas nos



respectivos leilões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão deverão ser reequilibrados. Primeiro porque é possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

11. Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas..

12. Razão pela qual mantêm a posição exarada as fls. 3.632/3.640 no qual não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais.

13. Logo, para deter o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a Empresa deve apresentar juntamente com o seu requerimento de reequilíbrio, para fins de integrar, se for o caso, a minuta de termo aditivo, comprovantes como: planilha ou equivalente, contendo os custos de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada ou equivalente, com o fim de comprovar a elevação dos encargos; demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta; vínculo de causalidade entre o evento





ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível porém de consequências incalculáveis, apresentando, para tanto, todos os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento, no caso concreto; a memória de cálculo (demonstração dos cálculos realizados) em conformidade com a variação cambial pleiteada e individualizada; a demonstração de que o desequilíbrio decorre de fato alheio à vontade das partes;

14. Anote-se que o TCU exige demonstração objetiva dos fatos supervenientes que justifiquem o reequilíbrio econômico-financeiro, ou seja, deve haver comprovação, não meramente com valores de referência extraído de pesquisas, de índices oficiais, ou de mera variação cambial, Revista "Licitações e Contratos – Orientações e jurisprudência do TCU, 4ª ED., do Tribunal de Contas da União, p. 812".

15. No ensejo é salutar rememorar que o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

**"VIII – SANÇÕES**

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

### CONCLUSÃO

16. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:




## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 22 de março de 2021.

  
**Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO**  
**OAB/SP 155.715**  
**Diretora Jurídica**

## MEMORANDO INTERNO Nº 55/2021

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretor Executivo

**Assunto:** Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento do item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 84/2020

**Interessado:** Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.739/3.744, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro e/ou cancelamento do item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG (SALICETIL).

Presidente Prudente, 23 de março de 2021



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO**

**Assunto:** Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento do Item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 84/2020 – Item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG

**Interessado:** Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda

Trata-se de solicitação (fls.3.731/3.738) de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento do item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG (SALICETIL) registrado na Ata de Registro de Preços nº 84/2020, alegando, em síntese, aumento do preço do medicamento causando uma onerosidade excessiva à empresa licitante.

O Setor Jurídico às fls. 3.739/3.744, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro/cancelamento do item, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº **05.847.630/0001-10**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 23 de março de 2021



**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
Diretor Executivo-CIOP





# CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

## DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo, Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item 04, ARP nº 84/2020, Pregão Eletrônico nº 23/2020, Interessada: **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.847.630/0001-10**. Decisão: Delibero pelo NÃO ACOLHIMENTO do pedido de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item: 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP, Pres. Prudente, 23 de março de 2021.

